

# ENTRE O INDIVIDUALISMO E A SOLIDARIEDADE | AS COMUNIDADES ACADÊMICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA <sup>1</sup>

---

*Between individualism and solidarity | Academic communities in pandemic times*

**CARVALHO, Anne Gabriele Lima Sousa de <sup>2</sup>**

**SOUZA, Alessa Cristina Pereira de <sup>3</sup>**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar os impactos da pandemia sobre as relações sociais e sobre as preocupações despertadas pelos integrantes das comunidades acadêmicas do Nordeste brasileiro. Propõe-se discutir como esses indivíduos, inseridos em uma das regiões mais vulneráveis e mais afetadas pela pandemia, têm equacionado interesses individualistas e posturas de solidariedade frente aos diferentes efeitos que os protocolos de controle da disseminação do vírus têm provocado sobre suas vidas cotidianas. A análise teve por base a realização de uma pesquisa quali-quantitativa que contou com um formulário digital respondido por discentes, docentes, técnicos e outros colaboradores das Instituições de Ensino Superior dessa região. Os dados apresentados destacam que a pandemia tem levado ao envolvimento direto dos participantes da pesquisa em contextos de solidariedade, mas tem despertado preocupações de natureza individualista e economicista, o que leva à reflexão sobre a reprodução de uma lógica capitalista que reforça desigualdades estruturais.

**Palavras-chave:** Ações coletivas. Preocupações individualistas. Desigualdade estrutural. Pandemia.

**Abstract:** This article aims to analyze the impacts of the pandemic on social relations and on the concerns aroused by members of the academic communities of Northeast Brazil. It is proposed to discuss how these individuals, inserted in one of the most vulnerable regions and most affected by the pandemic, have considered individualistic interests and solidarity positions in view of the different effects that the protocols for controlling the spread of the virus have caused on their daily lives. The analysis was based on the realization of a qualitative and quantitative research that had a digital form answered by students, teachers, technicians and other collaborators of Higher Education Institutions in that region. The data presented highlight that the pandemic has led to the direct involvement of research participants in contexts of solidarity, but it has aroused concerns of an individualistic and economist nature, which leads to reflection on the reproduction of a capitalist logic that reinforces structural inequalities.

**Keywords:** Collective actions. Individualistic concerns. Structural inequality. Pandemic.

---

<sup>1</sup> Recebido em: 15 Ago. 2020 | Aceito em: 12 Out. 2020.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia. [anne.carvalho@ufob.edu.br](mailto:anne.carvalho@ufob.edu.br)

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, professora da Universidade Federal da Paraíba. [alessa@ccae.ufpb.br](mailto:alessa@ccae.ufpb.br)

## INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus e os protocolos instaurados com o intuito de diminuir a sua disseminação modificaram rotinas individuais e coletivas, provocando efeitos sobre as diferentes esferas da vida, como a biológica, a econômica, a política, a social, a cultural, a emocional, entre outras, podendo, deste modo, ser compreendida como um fato social total (Mauss, 2003).

No Brasil, uma das medidas adotadas para evitar a propagação do vírus foi o distanciamento social, que consiste em controlar e, em muitos casos, suspender as atividades presenciais consideradas não essenciais com a finalidade de evitar aglomerações que possam disseminar a COVID-19 - doença causada pelo novo coronavírus - e gerar uma sobrecarga no sistema de saúde. No que se refere às Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, as atividades presenciais foram interrompidas e transformadas em atividades remotas realizadas em modelo de *homeoffice* e de ensino remoto emergencial (Hodges et al., 2020).

As transformações provenientes dessa situação impõem mudanças que impactam diretamente nas rotinas e nas estruturas dos mais diversos indivíduos e grupos sociais, ao mesmo tempo em que, como ressalta Santos (2020), evidenciam e intensificam diversas dimensões de desigualdades e vulnerabilidades.

Nas comunidades universitárias esse cenário tem provocado tensões e discussões em torno das desigualdades e assimetrias explicitadas frente ao conjunto de adaptações apresentadas como necessárias à manutenção mínima das rotinas, comprometendo o sentido e a existência comunitária e apresentando novas demandas às instituições, que nos últimos tempos, frente à ascensão de um governo de extrema direita, já vinham enfrentando um momento de crise, sofrendo perdas e perseguições de várias ordens.

A pandemia nos coloca frente a um conjunto de novas questões, em um contexto cercado de ambiguidades que articula e exacerba um *ethos* individualista, transformando relações, vínculos e sociabilidades entre os indivíduos, ao mesmo tempo em que possibilita e estimula movimentos e ações de solidariedade como formas de enfrentamento às inúmeras dificuldades ativadas ou acentuadas neste momento de crise.

Compreende-se esse *ethos* individualista como produto da ascensão do individualismo na sociedade capitalista ocidental, onde a emergência da economia monetária promove uma maior autonomia entre os indivíduos e incorpora em seus cotidianos um conjunto de interesses de motivação individual, ao mesmo tempo em que suscita desinteresse pela individualidade do outro, gerando posturas de maior indiferença e impessoalidade social (Simmel, 1983).

Ao mesmo tempo, considera-se, a partir de Mauss (2003), que para a compreensão do social é preciso que se leve em consideração as manifestações de solidariedade, aqui reconhecidas como iniciativas espontâneas de cooperação entre os indivíduos, onde as ações coletivistas - ou seja, atitudes executadas em prol do bem-estar comunitário - são incitadas pelo valor das relações humanas em si, sem garantias de recompensas.

Este artigo tem por objetivo analisar os impactos da pandemia sobre as relações sociais e sobre as preocupações despertadas pelos integrantes das comunidades acadêmicas do Nordeste brasileiro nesse contexto. Partindo-se do pressuposto de que posturas individualistas e coletivistas se atravessam e se acentuam em níveis e formatos distintos em contextos específicos, propõe-se discutir como esses indivíduos, inseridos em uma das regiões mais vulneráveis e mais afetadas pela pandemia, têm equacionado interesses individualistas e posturas solidárias frente aos diferentes efeitos que os protocolos de controle da disseminação do vírus têm provocado sobre suas vidas cotidianas.

As reflexões apresentadas são subsidiadas pela realização de uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, cujos dados foram gerados através da divulgação de um formulário digital, disposto na plataforma “Google Forms”, respondido por representantes das comunidades universitárias dos nove estados da região Nordeste do Brasil, entre os meses de maio e junho de 2020. Entre estudantes, docentes, técnicos e outros colaboradores vinculados às Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, foram registradas 4.309 respostas. Os dados tabulados foram estratificados a partir da renda média familiar mensal dos participantes, compilados em planilha do Microsoft Excel versão 2010 e analisados sob a ótica de reflexões teóricas das ciências sociais sobre as manifestações de individualismo e de solidariedade no contexto pandêmico.

O texto está organizado em duas sessões. Inicialmente, buscou-se refletir sobre a experiência brasileira e as posturas adotadas durante a pandemia, discutindo as contradições geradas por essas condutas. Posteriormente, foram analisados os dados referentes aos impactos da pandemia sobre as relações sociais e sobre as preocupações dos integrantes das comunidades acadêmicas participantes de pesquisa. Através desses dados, buscou-se refletir sobre o modo como eles evidenciam a manifestação simultânea de aspectos de individualismo e de solidariedade no cotidiano da população, impulsionados pela conjuntura desigual produzida pela pandemia.

## **1 ENTRE CONTRASTES - O BRASIL DA PANDEMIA**

A pesquisa que subsidiou este trabalho contou, como já destacado, com a participação de 4.309 integrantes de Instituições de Ensino Superior das esferas federal, estadual e privada dos nove estados da região Nordeste. Uma breve caracterização dessa amostra evidencia que:

- houve predominância na participação de mulheres cisgênero (60%), seguidas de homens cisgênero (37%) e uma participação insuficiente de pessoas transgênero ou de gênero não binário;
- a maioria (60%) se reconhece como parda ou preta (sendo 45% parda e 15% preta) e 38% se reconhecem como brancos (38%), com participação insuficiente de indígenas e orientais;
- cerca de 56% possuem renda média familiar mensal de até três salários mínimos (23% com renda menor ou igual a um salário mínimo), enquanto 16% possuem renda maior do que três até cinco salários mínimos, outros 16% possuem renda maior do que cinco até dez salários mínimos e apenas 12% possuem renda superior a dez salários mínimos.
- os participantes com renda familiar de até três salários mínimos são, predominantemente, estudantes de graduação (87%), enquanto entre os participantes com renda familiar entre três e cinco salários mínimos, mais da metade (57%) são estudantes de graduação, observando-se um equilíbrio entre as categorias

de docentes (15%), técnicos (13%) e estudantes de pós-graduação (12%). Entre aqueles com renda entre cinco e dez salários mínimos, mais da metade (51%) são docentes, seguidos de estudantes de graduação (29%), técnicos (12%) e estudantes de pós-graduação (6%), enquanto entre os participantes com renda maior que dez salários mínimos, 63% são docentes, 24% são estudantes de graduação e 7% são técnicos. Em todas as faixas de renda houve participação insuficiente de outros colaboradores.

A caracterização acima se revela importante para permitir situar os dados no contexto social daqueles para os quais são representativos: em sua maioria estudantes de graduação, mulheres, pretas ou pardas, com renda média familiar mensal de até três salários mínimos. Percebe-se uma predominância entre aspectos de gênero, raça e classe que se interseccionam, localizando a maior parte da amostra em um contexto de vulnerabilidade no seio da desigualdade estrutural brasileira, para a qual a pandemia tem se revelado uma ameaça ainda mais acentuada.

A crise social evidenciada pela pandemia reforça uma crise civilizatória mais ampla, cuja vulnerabilidade não é temporária e nem produzida pelo contexto pandêmico, mas é explicitada por ele (Santos, 2020). As condições de violência, exploração e opressões diversas às quais grande parte da população está submetida cotidianamente e que são naturalizadas, por isso invisibilizadas no cotidiano, com a pandemia tem suas facetas evidenciadas. O discurso de que estamos todos no mesmo barco diante de uma ameaça global que atinge a todos indiscriminadamente vem mascarar uma realidade perversa, onde um vírus que adentrou no país através das camadas mais favorecidas tem vitimado, com maior veemência, pessoas integrantes das camadas mais desiguais, para as quais as possibilidades de distanciamento e isolamento social não são alternativas possíveis<sup>4</sup>. Neste sentido, o realce dos problemas relacionados à saúde pública dos grupos em situação de vulnerabilidade incita reflexões e percepções em outros níveis.

---

<sup>4</sup> Ver dados apresentados na matéria intitulada “Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo”. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/12/por-que-o-coronavirus-mata-mais-as-pessoas-negras-e-pobres-no-brasil-e-no-mundo.ghtml>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

A pandemia do novo coronavírus evidencia mais do que uma sociedade de risco global, tal como sobressaltada por Beck (2011) no final do século XX, trazendo para a superfície riscos múltiplos, que vão muito além dos riscos gerados diretamente pela pandemia, mas envolvem, principalmente, aqueles produzidos pelo capitalismo e que ao longo de séculos condenam grupos inteiros à miséria, ao abandono, ao sofrimento e às incertezas da sobrevivência em um cenário de ausência de proteção social.

Escancara a desigualdade nas relações de trabalho que faz com que empregadores possam praticar o distanciamento social enquanto empregados estejam cotidianamente expostos ao vírus. Evidencia os privilégios burgueses quando bancos e grandes empresas são priorizados no recebimento de subsídios estatais para enfrentar a crise econômica enquanto centenas de milhares de trabalhadores veem negados seus pedidos de auxílio emergencial, condição mínima para que possam sobreviver e se proteger minimamente do vírus. A pandemia tira a sujeira que estava debaixo do tapete e expõe as injustiças sociais pré-existentes de forma que não seja mais possível ignorá-las, principalmente porque elas ameaçam também os grupos dominantes e seus interesses.

Não pode ser encarado como coincidência o fato de países neoliberais com governos de direita, como o Brasil e os Estados Unidos, encontrarem maiores dificuldades em controlar o crescimento do contágio e dos óbitos causados pela COVID-19 do que os países que contam com mecanismos de proteção social. A prioridade dada à esfera econômica, evitando a adoção de medidas mais rígidas de distanciamento social, evidencia quais são as maiores preocupações desses Estados e com quem se importam.

Uma contradição produzida pelo governo brasileiro é seu posicionamento contrário ao fechamento do comércio, em uma clara predileção aos aspectos econômicos em detrimento do resguardo à saúde da população. Sob o argumento neoliberal, ecoado pelos empresários, de que a economia não pode parar, pois o aumento da miséria matará mais do que a COVID-19, produz-se uma multiplicação de demandas para o sistema público de saúde, incapaz de atender a todos e exigindo mais recursos estatais. As incoerências produzidas no seio da crise pandêmica, pelas medidas adotadas, revelam a necessidade de um Estado que amplie seus suportes de proteção social. No entanto, a realidade é de uma fragilização do sistema público de saúde, de um auxílio emergencial

que, como já mencionado, não alcança todos os indivíduos em situação de vulnerabilidade e de uma população extremamente exposta ao adoecimento e à morte pelo vírus.

Segundo Nascimento (2003), em um país tão desigual, os estratos mais necessitados de políticas de proteção social são justamente os mais excluídos do acesso a essas políticas. Esses indivíduos “sofrem o processo específico de não ingressarem no mundo dos direitos ou dele serem expulsos, parcial ou totalmente” (p. 61). Isso leva a uma redistribuição de responsabilidades e a uma busca por novos culpados.

É mister ressaltar que, embora a estratégia estatal/empresarial seja colocar a miséria e a fome dos grupos mais vulneráveis na conta da pandemia e dos protocolos de saúde, são as medidas político-econômicas sustentadas pelo capitalismo quem as vêm sustentando há séculos e as reproduzindo nesse cenário (Harvey, 2020). Logo, a pandemia não é a raiz desses problemas, mas os dá visibilidade e, com isso, é responsabilizada.

Como consequências das contradições citadas, são produzidas novas contradições, além da intensificação das polarizações já instituídas nos últimos anos.

Testemunhamos um embate entre medidas governamentais e resultados de pesquisas científicas que tende a dividir a população entre aqueles que, de um lado, minimizam o potencial do vírus e se negam a praticar os protocolos para conter a sua disseminação e, de outro, aqueles que defendem o distanciamento social e o respeito às descobertas científicas. Essas mesmas polarizações evidenciam contrastes entre posicionamentos individualistas e coletivistas, que escancaram a busca da isenção da culpa em espalhar o vírus, por alguns, e a preocupação com a disseminação do vírus entre os grupos mais vulneráveis, por outros. O contexto pandêmico, dessa forma, promove simultaneamente motivações egoístas e solidárias (Coutinho, 2020).

Isso fica evidente ao serem constatados outros contrastes, sobressaltados pelas manchetes de jornais nos primeiros meses da pandemia: de um lado notícias reforçam o aumento das ações de solidariedade a partir de diversas iniciativas institucionais ou individuais, visando a redução dos danos provocados pela pandemia sobre diferentes

grupos<sup>5</sup>; de outro lado, revelam a exacerbação do egoísmo manifestado pela estocagem de álcool em gel, medicamentos e produtos de limpeza e higiene por alguns<sup>6</sup>, deixando outros, sem as mesmas condições, privados do acesso a esses recursos.

Essas contradições condicionam algumas reflexões. Em primeiro lugar, descortinam e sobrelevam o *ethos* individualista e perverso que permeia as desigualdades econômicas na nossa sociedade. Ao mesmo tempo, expõem e reforçam a fragilidade do sistema de proteção social do país, em um cenário crítico onde a ausência de mobilização popular poderia agravar a crise, tornando-a ainda maior.

No entanto, conforme destaca Coutinho (2020, s/p) “podemos ser muito sensíveis à pobreza [...], mas não mudamos a situação desigual do país, não estamos dispostos, por assim dizer, a dar sangue para isso acontecer”. Segundo o autor, isso faz com que a solidariedade manifestada por nós nesse contexto seja apenas uma solidariedade provisória.

As comunidades acadêmicas, apesar de não serem constituídas pelos grupos mais vulnerabilizados e ameaçados pelo contexto pandêmico, têm, cada vez mais, estado mais próximas desses grupos. De acordo com o levantamento realizado pela Andifes (2019), o perfil dos estudantes das Universidades públicas, nos últimos anos, tem revelado uma predominância de pessoas pretas ou pardas, com renda inferior a um salário mínimo e meio, oriundas de escolas públicas, ou seja, grupos que historicamente foram privados desse acesso e que, muito provavelmente, interagem diariamente com indivíduos em situação de extrema precariedade, para os quais a inserção na Universidade ainda não é uma realidade. Na região Nordeste, onde a precariedade econômica atinge proporções ainda maiores do que em outras regiões, essa proximidade é ainda mais evidente, como demonstra a caracterização dos respondentes desta pesquisa.

Esses indivíduos têm, ao mesmo tempo, acesso a canais privilegiados de obtenção de informações e conhecimentos que não são alcançáveis a muitos outros indivíduos.

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, ações elencadas na reportagem disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/27/acoes-de-solidariedade-da-sociedade-civil-ajudam-a-quem-precisa-durante-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 07 Ago. 2020.

<sup>6</sup> Ver análise disponível em <https://portal.unit.br/blog/noticias/por-que-as-pessoas-estao-correndo-as-compras-com-a-pandemia-do-covid-19/>. Acesso em: 07 Ago. 2020.

Deste modo, revela-se importante entender como a pandemia tem impactado essa população, sobretudo em relação aos seus posicionamentos em meio a um cenário de contradições entre o crescimento de ações individualistas e solidárias.

## **2 AS RELAÇÕES SOCIAIS E AS PREOCUPAÇÕES DAS COMUNIDADES ACADÊMICAS NO CENÁRIO PANDÊMICO**

Conforme mencionado anteriormente, a pandemia e seus protocolos têm provocado diferentes efeitos sobre a vida cotidiana dos indivíduos. No que se refere aos integrantes das comunidades acadêmicas, buscar-se-á analisar de que modo o contexto pandêmico tem impactado sobre as relações sociais e sobre as suas principais preocupações. Para subsidiar a interpretação dos dados, utilizou-se a estratificação por renda média familiar mensal como forma de nortear a compreensão das possíveis diferenças indicadas pelos aspectos socioeconômicos. Nesse sentido, buscar-se-á compreender como os interesses individuais vêm sendo mobilizados em um contexto em que emergem ações e manifestações de solidariedade, necessárias à manutenção social.

No que tange aos impactos sobre as relações sociais, buscou-se identificar os elementos mais sobressaltados para os indivíduos inseridos em cada uma das faixas de renda dispostas. As diferenças na proporção de participação na pesquisa entre as distintas faixas de renda não viabilizam a identificação global de predominâncias desses elementos, visto que essa generalização levaria sempre à prevalência dos elementos selecionados por aqueles que possuem renda familiar inferior a três salários mínimos, posto que, conforme demonstra a caracterização apresentada na seção anterior, esses representam mais da metade dos respondentes da pesquisa. A identificação de prevalência por categoria, além de respeitar as proporcionalidades, possibilitando uma análise mais próxima da realidade, permite reconhecer especificidades em função da posição socioeconômica dos participantes, viabilizando uma análise mais crítica desses impactos.

Nesta direção, entre os impactos mais significativos do cenário pandêmico sobre as relações sociais dos respondentes, nota-se as seguintes prevalências:

- tanto entre os indivíduos com renda familiar menor ou igual a um salário mínimo, como entre aqueles com renda familiar entre um e três salários mínimos, destaca-se a opção “fui beneficiado por ações de solidariedade social”, seguida de “migrei do município onde trabalho/estudo para um município menor, onde possuo vínculos”;
- tanto entre os indivíduos com renda familiar entre três e cinco salários mínimos, como entre aqueles com renda familiar entre cinco e dez salários mínimos, foi destacada a opção “migrei do município onde trabalho/estudo para um município maior, onde possuo vínculos”, seguida da opção “houve aumento da cooperação familiar” para quem possui renda familiar entre três e cinco salários mínimos, e da opção “houve fortalecimento dos vínculos do círculo institucional” para quem possui renda familiar entre cinco e dez salários mínimos;
- para quem possui renda familiar acima de dez salários mínimos foi destacada a opção “houve fortalecimento dos vínculos do círculo institucional”, seguida de “houve maior cooperação em ações de solidariedade social”.

Esses dados podem ser observados na tabela 1, a seguir.

**Tabela 1** – Percentual e número absoluto das respostas dos integrantes das comunidades acadêmicas do Nordeste com relação aos principais impactos da pandemia da COVID-19 sobre as relações sociais, estratificadas por renda média familiar mensal, 2020. SM - Salário mínimo (R\$ 1045).

Categorias de respostas	Até 1 SM	>1 a 3 SM	>3 a 5 SM	>5 a 10 SM	>10 SM	Total
-Migrei do município onde trabalho/estudo para um município menor, onde possuo vínculos.	30,4%	40,6%	15,2%	9,4%	4,3%	598
-Migrei do município onde trabalho/estudo para um município maior, onde possuo vínculos.	18,5%	19,9%	23,2%	25,2%	13,2%	151
-Houve aumento dos conflitos familiares.	26,1%	37,7%	15,2%	10,6%	10,3%	1325
-Houve aumento da cooperação familiar.	16,2%	30,2%	18,5%	19,4%	15,8%	2015
-Houve prejuízo nas relações de amizade.	24,5%	37,0%	15,8%	12,6%	10,1%	983
-Houve fortalecimento nas relações de amizade.	21,4%	33,1%	15,6%	16,2%	13,7%	1442
-Houve prejuízo nos vínculos do seu círculo institucional.	21,7%	35,6%	16,7%	15,1%	10,9%	1103
-Houve fortalecimento nos vínculos do seu círculo institucional.	17,1%	25,5%	15,0%	23,0%	19,4%	526
-Houve prejuízo nas relações amorosas.	24,9%	35,4%	18,3%	12,8%	8,6%	1065
-Houve fortalecimento das relações amorosas.	17,9%	29,3%	16,8%	19,3%	16,7%	1084
-Houve prejuízo na participação das práticas religiosas coletivas.	26,0%	33,7%	15,3%	14,0%	11,1%	944
-Houve adaptação na participação das práticas religiosas coletivas.	23,8%	30,1%	15,8%	18,4%	11,9%	907
-Houve maior engajamento em práticas religiosas.	21,7%	28,9%	15,3%	20,1%	14,0%	443
-Houve maior cooperação em ações de solidariedade social.	17,3%	29,9%	16,0%	19,9%	16,9%	1454
-Fui beneficiado por ações de solidariedade social.	50,5%	40,7%	4,9%	2,7%	1,1%	182
<b>Total</b>	<b>21,9%</b>	<b>32,8%</b>	<b>16,3%</b>	<b>16,2%</b>	<b>12,8%</b>	<b>14222</b>

Fonte: As autoras, 2020.

Observa-se, a partir das opções elencadas pelos participantes da pesquisa, duas principais tendências: uma relativa aos indivíduos com renda familiar de até três salários mínimos e outra referente aos indivíduos com renda familiar acima de três salários mínimos. Entre os primeiros, em sua maioria estudantes oriundos de municípios menores, destaca-se o fato de serem beneficiados por ações de solidariedade. Entre os últimos, oriundos de municípios maiores, destaca-se o fortalecimento de vínculos familiares (entre indivíduos com renda abaixo de cinco salários) ou institucionais (entre aqueles com renda acima de cinco salários). Entre os que possuem renda superior a dez salários mínimos, em sua maioria docentes, nota-se, ainda, a maior cooperação em ações de solidariedade.

Percebe-se que a migração, seja para municípios menores (entre aqueles com renda familiar inferior) ou para municípios maiores (entre aqueles com renda familiar superior) representa uma característica comum entre os membros das comunidades acadêmicas, demonstrando que a pandemia também veio promover uma maior proximidade física desses participantes com seus familiares, levando, conseqüentemente, ao aumento dos conflitos familiares (outra opção destacada significativamente), principalmente entre aqueles com renda familiar inferior a três salários mínimos, e da cooperação familiar, sobretudo entre aqueles com renda familiar superior a três salários mínimos, como demonstra a tabela apresentada anteriormente.

Isso pode ser compreendido se considerarmos que os indivíduos inseridos em menores faixas de renda costumam habitar residências menores e mais numerosas, e que esse número de moradores tende a aumentar com a perda de emprego e renda entre pessoas do núcleo familiar. Com isso, muitas residências passam a representar pequenas aglomerações, visto que constituem suporte para aqueles que tiveram perdas econômicas e encontram impossibilidade de se manter. Essas relações, ao mesmo tempo em que representam fortalecimento da solidariedade, produzem conflitos, sobretudo desencadeados pelo compartilhamento numeroso dos mesmos espaços e pelo aumento das despesas e das demandas domésticas, além de significar uma maior exposição ao vírus pela impossibilidade de isolamento.

Essas intercorrências tendem a ser menores entre pessoas inseridas em faixas de renda maiores, que muitas vezes possuem uma estrutura espacial maior e melhor, o que

lhes permitem evitar a formação de aglomerações domésticas e dos problemas relativos a elas. Além disso, esses indivíduos muitas vezes encontram recursos para auxiliar familiares em suas residências de origem, sem a necessidade de os ampararem em suas próprias casas. Essa possibilidade de viabilizar recursos para cooperar se torna mais evidente entre pessoas com renda familiar superior a dez salários mínimos, cuja migração na pandemia não é uma característica comum, mas onde a cooperação em ações de solidariedade social é sobressaltada.

Outro dado interessante refere-se ao fortalecimento dos vínculos do círculo institucional, principalmente entre participantes inseridos em faixas de renda superiores, em sua maior parte docentes. A pandemia veio revolucionar as formas de conduzir as atividades acadêmicas e administrativas vinculadas às Instituições de Ensino Superior, demandando inúmeras adaptações e a adoção de plataformas e ferramentas até então desconhecidas para a maioria. As inseguranças decorrentes dessa nova configuração têm gerado ações de cooperação, no sentido de criar uma rede de apoio na superação das dificuldades apresentadas repentinamente.

Essas questões, em síntese, demonstram um envolvimento direto dos participantes em contextos de solidariedade em diferentes dimensões durante a pandemia, sejam como beneficiados ou como autores.

Considera-se, a partir de Mauss (2003), o nível de solidariedade como elemento fundamental para a compreensão do social. Em momentos de crise, como em situações de pandemia, sua intensificação se revela como uma condição extremamente necessária para o enfrentamento e para a sobrevivência de vários grupos em situação de vulnerabilidade, evitando que as ameaças que o cenário representa sejam ainda mais devastadoras.

Alguns autores, ao refletirem sobre o crescimento das ações de solidariedade, tanto locais como globais, no cenário pandêmico, revelam-se otimistas com relação aos processos permeados por elas.

Nesse sentido, segundo Martins (2020), o momento vem promovendo mudanças nas rotinas dos indivíduos de modo que torna possível identificar um fortalecimento de ações de solidariedade que estavam enfraquecidas no cenário voltado para a economia de mercado. Segundo o autor, é possível observar a revalorização de ações solidárias

espontâneas, tanto nos planos local, como nacional e internacional. Esse crescimento de iniciativas espontâneas e solidárias, que reacendem um sistema de dádivas, permite vislumbrar uma reorganização da sociedade em uma agenda pós-neoliberalismo, a partir de práticas que condicionam as possibilidades de um novo humanismo voltado para práticas comunitárias.

Seguindo direção semelhante, Zizek (2020, p.43) levanta que foi preciso que acontecesse uma situação de catástrofe, como a pandemia, para que fosse viável pensar na possibilidade de uma “sociedade que se atualiza sob a forma de solidariedade e cooperação global”. Para ele, a ameaça generalizada leva a uma minimização das diferenças em prol da cooperação na busca por encontrar uma solução para o problema. Neste sentido, o aparecimento de um vírus ameaçador exige que repensemos e redimensionemos outros aspectos ligados às relações entre os povos.

Em termos locais, Pádua (2020) reflete sobre o desenvolvimento de redes de apoio entre populações vulneráveis. Segundo ele, as solidariedades emergenciais traçadas no cenário pandêmico surgem como uma reconstrução necessária de laços sociais entre populações vulneráveis que se veem submersas a uma catástrofe que altera suas vidas e a organização cotidiana, sobressaltando a ausência de condições básicas de sobrevivência. As redes de solidariedade estabelecidas entre grupos que se assemelham em termos de carências diversas implicam o reconhecimento de uma “situação de classe”, evidenciada pela comum dificuldade de acesso aos auxílios estatais, pelo compartilhamento da mesma superexposição ao vírus e pela constatação da ultraprecarização que permeia suas vidas nesse contexto. Acende, nesse sentido, uma consciência política, ainda que precária, da estrutura desigual em que se encontram e da importância da participação em redes de apoio.

Percebe-se, com base nessas discussões, que a manifestação do envolvimento em ações de solidariedade durante a pandemia, a partir de dimensões diversas como as evidenciadas pelos participantes da pesquisa, não representa uma realidade peculiar às comunidades acadêmicas, mas está inserida em uma tendência mais geral de crescimento da cooperação social, neste momento. Entretanto, essa tendência precisa ser analisada considerando outras questões que se apresentam como relevantes para a compreensão do complexo cenário instaurado neste contexto de crise.

O olhar sobre as principais preocupações geradas pela pandemia entre os integrantes das comunidades acadêmicas permite refletir melhor sobre essas questões. Seguindo o mesmo critério de análise dos dados descritos anteriormente, também se buscou identificar como essas preocupações encontram prevalência entre os indivíduos pertencentes às distintas faixas de renda, para que se respeite as diferentes proporções entre as categorias na composição da amostra.

Assim, entre as preocupações mais sobressaltadas acerca do contexto pandêmico, destacam-se:

- tanto entre os indivíduos com renda familiar menor ou igual a um salário mínimo, como entre aqueles com renda familiar entre um e três salários mínimos, a opção “sofrer corte de auxílios/bolsas”, seguida da opção “perder/atrasar o semestre letivo”;
- tanto entre indivíduos com renda familiar entre três e cinco salários mínimos, como entre aqueles com renda familiar entre cinco e dez salários mínimos, como também entre os que possuem renda acima de dez salários mínimos, a opção “ter redução ou corte salarial”, seguida da opção “não restabelecimento da normalidade social” para quem possui renda familiar entre três e cinco salários mínimos e da opção “falência das empresas ou instituições”, tanto para quem possui renda familiar entre cinco e dez salários mínimos, como para quem possui renda familiar superior a dez salários mínimos.

Ressalta-se que essas preocupações eleitas pelos integrantes das comunidades acadêmica tiveram prevalência em meio a um leque de 19 opções apresentadas e que refletiam tanto preocupações individuais como preocupações coletivas, relacionadas à saúde, à economia e à ordem social. Essas prevalências podem ser observadas na tabela 2, a seguir.

**Tabela 2** – Percentual e número absoluto das respostas dos integrantes das comunidades acadêmicas do Nordeste com relação às maiores preocupações durante a pandemia da COVID-19, estratificadas por renda média familiar mensal, 2020. SM - Salário mínimo (RS 1045).

Categories de respostas	Até 1 SMo	>1 a 3 SM	>3 a 5 SM	>5 a 10 SM	>10 SM	Total
-Perder o direito de ir e vir.	30,2%	34,7%	16,0%	8,3%	10,8%	1441
-Perder o emprego.	21,9%	37,5%	16,8%	14,5%	9,3%	763
-Contrair o vírus.	23,4%	34,1%	15,3%	15,6%	11,6%	3264
-Vitimizar alguém da família.	21,6%	32,9%	16,5%	16,4%	12,5%	3735
-Falência das empresas ou Instituições.	19,4%	30,3%	16,0%	18,7%	15,5%	1559
-Aumento da mortalidade pelo vírus.	23,1%	33,1%	15,8%	16,0%	12,0%	3448
-Aumento da miséria e da fome.	22,1%	33,1%	16,1%	16,0%	12,7%	3675
-Inflação/escassez de itens de subsistência no mercado.	24,5%	34,5%	15,4%	14,9%	10,6%	2007
-Não restabelecimento da normalidade social.	23,0%	34,8%	17,0%	14,5%	10,8%	2230
-Colapso do sistema de saúde.	21,9%	33,5%	16,3%	16,1%	12,2%	3704
-Perder/atrasar o semestre/ano letivo.	30,9%	38,2%	12,5%	10,5%	7,9%	1685
-Adiamento de seleções/concursos/nomeações.	26,6%	36,3%	16,9%	12,7%	7,5%	651
-Sofrer corte de auxílios/bolsas.	36,0%	38,5%	12,5%	7,7%	5,3%	1196
-Ter redução ou corte salarial.	13,7%	26,7%	17,9%	22,7%	19,0%	1523
-Cancelamento de eventos públicos.	29,4%	32,9%	15,4%	11,5%	10,8%	538
-Cancelamento de eventos privados.	26,8%	33,4%	16,6%	13,0%	10,2%	362
-Enfraquecimento de algumas instituições de ensino.	23,9%	31,6%	15,0%	16,7%	12,9%	1889
-Enfraquecimento de alguns cursos.	26,6%	33,8%	13,1%	15,7%	10,8%	1348
-Transformação de cursos presenciais em cursos de EAD.	25,0%	34,5%	15,0%	14,4%	11,0%	2251
<b>Total</b>	<b>23,8%</b>	<b>33,6%</b>	<b>15,7%</b>	<b>15,2%</b>	<b>11,7%</b>	<b>37269</b>

Fonte: As autoras , 2020.

Nota-se, tanto entre os participantes inseridos em faixas de renda mais baixas, como entre os participantes inseridos em faixas de renda mais elevadas, a eleição de elementos que caracterizam preocupações mais individualistas com relação ao cenário pandêmico - relacionadas à perda de rendimentos individuais, seja bolsa, auxílio ou salário, ou ao atraso nos calendários semestrais -, em detrimento de preocupações mais coletivas, relacionadas à sociedade mais ampla.

Também é possível perceber que as preocupações assumem motivações mais econômicas do que relacionadas à saúde da população. Neste sentido, principalmente entre participantes pertencentes às faixas de renda maiores, uma preocupação como “falência das empresas ou instituições” assume maior destaque do que outras preocupações relacionadas ao risco à saúde que o novo vírus representa, como “aumento da mortalidade pelo vírus” ou “colapso no sistema de saúde”, entre outras dispostas no formulário.

Isso parece evidenciar novos contrastes, entre os inúmeros produzidos por esse cenário pandêmico, como os apresentados na seção anterior.

Ao mesmo tempo em que os integrantes das comunidades acadêmicas revelam estar mais envolvidos em ações de solidariedade social, sejam como produtores ou receptores, suas maiores preocupações ou anseios durante a pandemia, como já apontado, não são coletivistas e sim individualistas.

Além disso, enquanto no seio das Universidades são assumidas várias frentes críticas às medidas governamentais que priorizam a proteção da economia de mercado, em prejuízo do controle do contágio e da mortalidade pelo vírus, observa-se que os próprios integrantes das comunidades acadêmicas revelam possuir preocupações mais econômicas do que sanitárias, relacionadas à pandemia.

Percebe-se, a partir das respostas dos participantes da pesquisa, a reprodução de uma lógica capitalista e da desigualdade estrutural permeada por ela, além da produção de divergências que incitam diferentes reflexões.

As reflexões de Souza (2020) sobre a sobrelevação de um *ethos* individualista neste momento pandêmico representam um caminho, entre os possíveis, para buscar a compreensão de alguns desses dados. Segundo o autor, o individualismo burguês é um produto histórico que encontra seu apogeu nos últimos anos, levando a competitividade para além da dimensão do mercado, o que muitas vezes acaba norteando questionamentos acerca da gravidade da pandemia e, conseqüentemente, a atenção insuficiente dada aos seus riscos coletivos. Isso ajuda a compreender, entre outros fatores, porque a quarentena não funciona em muitos lugares, onde grande parte das pessoas, mesmo podendo praticar o distanciamento social, continuam circulando como se nada estivesse acontecendo, mesmo colocando as outras em risco. Para ele, “esse *ethos* individualista converge para a insatisfação pela mudança da rotina cotidiana burguesa e fortalece o argumento de que a economia não pode parar porque é primordial, o que consiste em uma determinação reflexiva com a dinâmica universal do sistema” (p. 2475).

Deste modo, ações solidárias coexistem com posturas individualistas, que são incitadas pelo cenário de mundialização do capital onde a pandemia se instalou.

Segundo Coutinho (2020), as ações de solidariedade empreendidas neste contexto integram uma “solidariedade provisória”, baseada em sentimentos temporários, normalmente esquecidos em meio às demandas cotidianas de cada um. As ações de solidariedade social, embora sejam motivadas por relações de afeto e apresentem efeitos práticos, devido ao fato de serem norteadas por estímulos temporários e contextuais constituem laços fracos e, assim, não representam força suficiente para transformar o “distanciamento estrutural” entre aqueles que se beneficiam e os que são beneficiados por essas ações. Em certa medida, isso justifica o fato da maior parte das preocupações elencadas pelos respondentes da pesquisa terem um caráter mais economicista e individualista, apesar do maior envolvimento destes em ações de solidariedade social.

A verdade é que, mesmo em um contexto de pandemia, em um cenário de posturas neoliberais poucos estão dispostos a mobilizarem recursos para mudar a situação de precariedade que atinge a maior parte dos indivíduos da nossa sociedade. Deste modo, em uma sociedade capitalista, prevalece a “caridade” em detrimento de uma solidariedade ontológica, posto que são oferecidos benefícios que só funcionam emergencialmente, sem a apresentação de possibilidades para a transformação daquelas realidades.

De acordo com Firpo (2020, p. 03), “a vulnerabilidade no mundo contemporâneo é uma expressão das desigualdades produzidas pela opressão e falta de solidariedade”. Neste sentido, em meio a uma realidade que possui o individualismo como elemento norteador e onde as medidas de solidariedade social parecem ser apenas emergenciais, reacende-se a necessidade de que o Estado assuma com responsabilidade seu papel na promoção e na proteção da cidadania e da dignidade e busque caminhos para a redução das desigualdades e injustiças sociais.

Neste contexto, as comunidades acadêmicas se veem mergulhadas em um cenário complexo e ambíguo, que se materializa a partir da oscilação entre preocupações de caráter individualista e envolvimento em ações de solidariedade que, apesar de indispensáveis em um panorama que intensifica a precarização de algumas realidades, parecem apenas possibilitar a recomposição e manutenção das configurações sociais desiguais, tais como já existiam antes da pandemia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O complexo cenário constituído pela pandemia da COVID-19 implementou mudanças nos mais diversos setores, provocou modificações nas rotinas individuais e sociais de grande parte da população mundial e evidenciou as vulnerabilidades e desigualdades estruturais às quais grande parte da população está submetida cotidianamente - a partir dos altos índices de pessoas vitimadas nas camadas mais empobrecidas -, trazendo para a superfície riscos múltiplos produzidos por um sistema que prioriza a esfera econômica em detrimento do resguardo à saúde e às condições mínimas de sobrevivência da população.

Neste contexto, emergem posicionamentos ambíguos, por vezes contraditórios, que transitam entre elementos coletivistas e individualistas.

A partir dos dados apresentados, nota-se o envolvimento direto dos integrantes das comunidades acadêmicas em ações de solidariedade, seja como beneficiários ou como autores, refletidas sobre diferentes dimensões de suas vidas no cenário pandêmico. Isso evidencia a inserção em uma tendência local, nacional e global de emergência da cooperação social que desperta a esperança de uma possível reorganização da sociedade voltada às práticas mais comunitárias.

Em contradição, identificou-se que entre a população pesquisada a pandemia desperta preocupações predominantemente individualistas, muitas vezes pautadas na perspectiva econômica de manutenção das condições para a realização de projetos específicos, em detrimento de preocupações mais coletivistas que atendam às necessidades mais urgentes da sociedade nesse momento de crise.

Neste sentido, observa-se que as ações de solidariedade e as redes de apoio que emergem nesse contexto, mesmo indispensáveis para possibilitar o enfrentamento e a sobrevivência para muitos indivíduos e grupos vulneráveis, sustentam-se em preocupações e posturas egoístas, consagradas pelo sistema capitalista e adaptadas ao momento atual, de forma a garantir sua sustentação, sendo circunstanciais e temporárias. Não representam, portanto, possibilidades para a transformação das relações

socioeconômicas, nem resolutividade para as desigualdades, precariedades e vulnerabilidades que atingem determinados grupos.

Frente ao exposto, destaca-se o fato de que a sobreposição de interesses individualistas e econômicos é sobressaltada mesmo em um contexto como o universitário, onde as pessoas envolvidas têm acesso a diferentes canais e inúmeras discussões críticas sobre a crise global e seus múltiplos efeitos sobre a população, onde o que está em jogo não são apenas as condições básicas de sobrevivência, mas o próprio direito à vida, no sentido mais estrito do termo.

Tais constatações reforçam, mais do que nunca, a necessidade de um Estado voltado para a implementação de políticas públicas de proteção social preocupadas com a preservação da vida acima de qualquer outra dimensão. Mas, também, de uma formação humana crítica, de combate às desigualdades construídas historicamente, para que momentos trágicos como o que estamos vivendo sirvam para o exercício da empatia e a restauração de pautas humanitárias e de práticas antiutilitaristas, e não para a recomposição de uma normalidade burguesa que alimenta um individualismo perverso e excludente.

## **REFERÊNCIAS**

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018. Brasília, 2019.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco*. São Paulo: Editora 34, 2011.

COUTINHO, Marcelo. Distanciamento Social e Solidariedade Provisória. *Metaxy: Revista Brasileira de Cultura e Política de Direitos Humanos*. UFRJ. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/announcement/view/479>. Acessado em 07 de agosto de 2020.

FIRPO, Marcelo. Coronavirus e o véu das (in)justiças: crise e vulnerabilidades socioambientais. *Centro de Estudos estratégicos da Fiocruz*. 2020. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=Coronavirus-e-o-veu-das-injusticas-crise-e-vulnerabilidades-socioambientais> Acessado em 10 de agosto de 2020.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: HARVEY, David; ZIZEK Slavoj; BAIDOU, Alain; DAVIS, Mike; BIHR, Alain, ZIBECHI, Raúl. *Coronavirus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

HODGES, Charles; MOORE Stephanie; LOCKEE Barb; TRUST Torrey; BOND Aaron. The difference between emergency remote teaching and online learning. *EDUCAUSE Review*. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 27 Jul. 2020.

MARTINS, Paulo Henrique (2020), Cenários do pós-coronavírus: das possibilidades existentes à luminosidade da dádiva, *Fios do Tempo (Ateliê de Humanidades)*, 06 de abril. Disponível em: <https://ateliêdehumanidades.com/2020/04/06/fios-do-tempo-cenarios-do-pos-coronavirus-das-possibilidades-existent-a-luminosidade-da-dadiva-por-paulo-henrique-martins/> Acesso em: 07 Ago. 2020.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: *No meio da rua*. Marcel Bursztyn (Org). Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PÁDUA, Rafael Faleiros. Precarização da vida e redes de solidariedade. In: *COVID-19 e a crise urbana*. Ana Fani Alessandri Carlos (Org.). São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, S/A, 2020.

SIMMEL, Georg. *Simmel: Sociologia*. In MORAES FILHO, Evaristo (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Diego de Oliveira. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(Supl.1):2469-2477, 2020

ZIZEK Slavoj. Um golpe como o de “Kill Bill” no capitalismo. In: HARVEY, David; ZIZEK Slavoj; BAIDOU, Alain; DAVIS, Mike; BIHR, Alain, ZIBECHI, Raúl. *Coronavirus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020.